



EDITAL 001/2016 - FDRP/Transferência Externa

**ABERTURA DE INSCRIÇÕES A SEGUNDA ETAPA DO
PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA EXTERNA PARA
A FDRP/USP DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS
EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO RECONHECIDOS
PELO MEC.**

A Vice-Diretora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), em exercício, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Resolução CoG 7183, de 15/03/2016, com o objetivo de preencher 01 (uma) vaga para o 4º semestre, 09 (nove) vagas para o 6º Semestre e 8 (oito) vagas para o 8º semestre do Curso de Graduação da FDRP/USP, a ser ministrado no 2º Semestre de 2016, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições ao Processo de Seleção para fins de Transferência Externa, no prazo e condições abaixo indicados:

I – DA INSCRIÇÃO

1. Estarão abertas, nos dias 19 e 20 de maio de 2016, das 10 às 15 horas, no Serviço de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, situado na Av. Professor Aymar Baptista Prado, n.º 835, CEP 14040-906, *Campus* da USP de Ribeirão Preto, as inscrições para a 2ª etapa do processo de seleção, com a finalidade de Transferência Externa para o Curso de Graduação da FDRP/USP, com vistas ao preenchimento de 01 (uma) vaga para ingresso no 4º semestre, 09 (nove) vagas para ingresso no 6º semestre e 08 (oito) vagas para o 8º semestre do curso de graduação a se iniciar em agosto de 2016.
2. Poderão se inscrever no processo de seleção os candidatos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação em Direito de Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC e convocados pela FUVEST após o exame de pré-seleção.
3. As inscrições serão realizadas junto ao Serviço de Graduação da FDRP/USP, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 3.1. Requerimento de transferência, dirigido ao Diretor da Unidade (disponível no site www.direitorp.usp.br);
 - 3.2. 1 foto 3x4 recente;
 - 3.3. Fotocópia simples dos documentos pessoais (CPF, RG, Título de Eleitor, Carteira de Reservista e Certidão de Nascimento), acompanhada do original para conferência, ou fotocópia autenticada;
 - 3.4. Histórico escolar (contendo notas e carga horária das disciplinas);



Comissão de Graduação

- 3.5. Programas das disciplinas cursadas com aproveitamento na Instituição de Ensino Superior de origem. Os programas deverão ser autenticados pela própria Instituição, sob pena de indeferimento da inscrição;
- 3.6. Comprovante de Reconhecimento e/ou Autorização pelo MEC do Curso de Graduação de origem, incluindo data de publicação no Diário Oficial.
4. A entrega de todos os documentos se dará somente no ato da inscrição, exceto os programas das disciplinas a serem cursadas.
5. Excepcionalmente, os interessados poderão enviar, através do Serviço Postal, com Aviso de Recebimento (AR), os documentos referidos no item I, 3 *supra*. Nesse caso, no tocante ao item I, 3.3, é necessária a fotocópia autenticada somente do documento de identidade, os demais documentos em cópia simples.
6. Em caso de inscrições feitas por procuração (através de instrumento particular com reconhecimento de firma), o procurador deverá apresentar cópia do RG acompanhada do original para conferência.
7. Só serão deferidas as inscrições que obedecerem a todas as exigências previstas no presente Edital.

II – DO CRONOGRAMA

1. **19 e 20 de maio de 2016:** inscrições;
2. **03 de junho de 2016:** divulgação das inscrições deferidas, no site da FDRP;
3. **24 de junho de 2016:** prova de seleção, das 13 às 17 horas, Sala 24 - Bloco C da FDRP (chegar com 30 minutos de antecedência);
4. **15 de julho de 2016:** vistas às provas e eventual interposição de recurso;
5. **22 de julho de 2016:** divulgação do resultado final da seleção no site da FDRP e D.O.E.;
6. **29 de julho de 2016:** matrícula dos candidatos aprovados, no Serviço de Graduação da FDRP/USP, das 10 às 15 horas;
7. **1º de agosto de 2016:** início das aulas.

III - DA PROVA DE SELEÇÃO

1. O resultado da primeira etapa, realizada pela FUVEST, será considerado meramente eliminatório, não sendo utilizado no cômputo da nota final da segunda etapa.
2. A segunda etapa do processo seletivo, realizada pela própria FDRP/USP, consistirá de uma prova, com questões objetivas e dissertativas, relativas às disciplinas constantes no Anexo deste Edital, podendo abranger a totalidade das referidas disciplinas, ou um conjunto delas, a critério da Unidade.



Comissão de Graduação

- 2.1. Os critérios de correção serão pautados no uso adequado da Língua Portuguesa, na clareza da exposição das ideias, no conhecimento do ordenamento jurídico, bem como no domínio da doutrina e jurisprudência pertinentes.
- 2.2. Será permitida a consulta à Legislação sem comentários e anotações.
- 2.3. É necessário comparecer ao local de realização da prova com, pelo menos, 30 minutos de antecedência.

IV – DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

1. O aluno que, nesta segunda etapa do processo seletivo, não obtiver nota mínima igual ou superior a 5,0 (cinco), será desclassificado.
2. São critérios de classificação e desempate, em ordem decrescente:
 - 2.1. Em caso de empate entre candidatos à transferência, no exame de seleção, o aluno da USP terá preferência sobre os de outras instituições de ensino superior (alterado pela Resolução nº 4859/2001);
 - 2.2. Maior número de créditos integralizados dentre os constantes da grade curricular da FDRP/USP, relativamente ao período de transferência pretendido;
 - 2.3. Ter realizado Atividades de Iniciação Científica e/ou de Extensão Universitária;
 - 2.4. Menor índice de reprovação em disciplinas.

V – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. No caso de os documentos para inscrição, *supra* referidos, serem enviados, nos termos do item I, 5, pelo Serviço Postal, a postagem deverá respeitar a data limite estabelecida para as inscrições no Edital correspondente.
2. No momento da efetivação da matrícula nesta Unidade, os alunos deverão comprovar que estão regularmente matriculados na Instituição de Ensino Superior de origem. O não comparecimento do candidato implicará na desistência da vaga, sendo convocado o próximo candidato classificado.
3. De acordo com o Artigo 2º da Resolução CoG 4844/2001, os alunos aprovados na Transferência Externa estarão automaticamente dispensados de cursar as disciplinas, objeto de avaliação, constantes no presente edital.
4. Efetivadas as matrículas, os transferidos deverão solicitar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a equivalência das disciplinas que cursarão no semestre de ingresso, mediante



Comissão de Graduação

apresentação da documentação exigida pela FDRP/USP. As demais equivalências deverão ser solicitadas conforme calendário do Serviço de Graduação.

- 4.1. Nos termos do artigo 79 do Regimento Geral da USP, a equivalência de disciplinas não poderá ser superior a 2/3 do total de créditos fixados para o respectivo currículo.
5. Excluídas as disciplinas cujas dispensas forem deferidas, o transferido ficará obrigado a fazer todas as demais disciplinas do curso no semestre em que forem oferecidas, cumprindo os pré-requisitos necessários.
6. No tocante às disciplinas a serem cumpridas na FDRP/USP, o aluno transferido não poderá cursar mais de 40 (quarenta) créditos por semestre.
7. Os documentos dos candidatos não aprovados, relativos à inscrição no processo seletivo, deverão ser retirados junto ao Serviço de Graduação da FDRP/USP até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final. Findo este prazo, a documentação que não for retirada será encaminhada para reciclagem.
8. Os casos omissos nestas normas serão resolvidos pela Comissão de Graduação.

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO, 21 DE MARÇO DE 2016.

Profª Titular Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Vice-Diretora em exercício



ANEXO

Anexo do Edital 001/2016 - FDRP / Transferência, nos termos do item III. 2, do Edital, relativo ao processo de seleção para fins de Transferência Externa contendo as disciplinas, e seus respectivos programas, que poderão ser objeto de questões na prova escrita da segunda fase do processo de seleção.

Para o 4º Semestre do Curso:

Introdução ao Estudo do Direito

Conteúdo programático.

PARTE I

1. A Universalidade do Fenômeno Jurídico.
 - 1.1. O direito: origem, significado e funções.
 - 1.2. A busca de uma compreensão universal; as concepções de língua e a definição de direito.
 - 1.3. O problema dos diferentes enfoques teóricos: zetética e dogmática.
2. O Direito como Objeto do Conhecimento: perfil histórico.
 - 2.1. Direito e conhecimento do direito: origens.
 - 2.2. A jurisprudência romana: direito como diretivo para ação.
 - 2.3. A dogmaticidade na Idade Média: o direito como dogma.
 - 2.4. A teoria jurídica na Idade Média: o direito como ordenação racional.
 - 2.5. A positivação do direito a partir do século XIX: o direito como norma posta.
 - 2.6. A ciência dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.
3. Ciência Dogmática do Direito e seu Estatuto Teórico.
 - 3.1. Ciência e tecnologia.
 - 3.2. Dogmática e tecnologia.
 - 3.3. Ciência jurídica: método e modelos teóricos.
4. Dogmática Analítica ou Ciência do Direito como Teoria da Norma.
 - 4.1. A identificação do direito como norma:
 - 4.1.1. O conceito de norma.
 - 4.1.2. A concepção dos fenômenos sociais como situações normadas. Expectativas cognitivas e normativas.
 - 4.1.3. O caráter jurídico das normas: instituições e núcleos significativos.
 - 4.1.4. A norma jurídica: um fenômeno complexo.
 - 4.2. Teoria dos conteúdos normativos ou dogmática das relações jurídicas:
 - 4.2.1. Conceito dogmático de norma jurídica.
 - 4.2.2. Tipos de normas jurídicas.
 - 4.2.3. Sistema estatístico das normas: as grandes dicotomias.
 - 4.2.4. Direito público e direito privado
 - 4.2.4.1. Concepção dogmática de direito público e de direito privado: princípios teóricos.
 - 4.2.4.2. Os ramos dogmáticos do estudo do direito.
 - 4.2.5. Direito objetivo e direito subjetivo.
 - 4.2.5.1. Concepção dogmática do direito objetivo e subjetivo: fundamentos.
 - 4.2.5.2. O uso dogmático da expressão direito subjetivo: situações típicas e atípicas, direitos reais e pessoais, a estrutura do direito subjetivo e outras classificações.
 - 4.2.5.3. Sujeito de direito, pessoa física e pessoa jurídica.
 - 4.2.5.4. Capacidade e competência.
 - 4.2.5.5. Dever e responsabilidade.
 - 4.2.5.6. Relações jurídicas.
 - 4.2.6. Direito Positivo e Natural.



PARTE II

1. Teoria do ordenamento ou dogmática das fontes do direito: Norma e Ordenamento.
2. O ordenamento como sistema dinâmico.
3. A idéia de sistema normativo e o aparecimento do Estado Moderno.
4. As teorias zetéticas da validade.
5. Conceptualização dogmática do ordenamento: validade, vigência, eficácia e força.
6. A dinâmica do sistema: norma de revogação, caducidade, costume negativo e desuso.
7. Consistência do sistema: antinomias, inexistência, nulidade, anulabilidade.
8. Completude do sistema: lacunas.
9. As fontes do direito.
10. Legislação.
11. Constituição.
12. Leis.
13. Hierarquia das fontes legais: leis, decretos, regulamentos, portarias.
14. Códigos, consolidações e compiladas.
15. Tratados e convenções internacionais.
16. Costume e jurisprudência.
17. Fontes negociais, razão jurídica (doutrina, princípios gerais de direito, equidade).
18. Estrutura e repertório do sistema e a teoria das fontes.
19. Doutrina da irretroatividade das leis: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada.
20. A dogmática analítica e sua função social.
21. A moralidade do Direito.
22. Direito e fundamento.

Teoria Geral do Estado

Conteúdo programático:

PARTE I

1. Teoria do Estado: Noção, objeto, método.
2. Origem da Sociedade.
3. Finalidade social.
4. Ordem Social e Ordem Jurídica.
5. Poder Social.
6. As Sociedades Políticas.
7. Origem do Estado.
8. Evolução do Estado.
9. Soberania.
10. Território.
11. Povo.
12. O Poder do Estado.
13. Finalidades e Funções do Estado.
14. Conceito de Estado.
15. Personalidade Jurídica do Estado.
16. Estado e Direito.
17. Estado e Nação.
18. Atualização do Estado.

PARTE II

1. Estado e Democracia.
2. Democracia direta e semidireta.
3. Democracia Representativa.
4. O Sufrágio.
5. Sistemas Eleitorais e Sistemas Partidários.
6. Representação Política.



7. Representação Profissional.
8. Representação Institucional.
9. Democracia e Formas de Governo.
10. O Estado Constitucional.
11. As Declarações de Direito.
12. Teoria da Divisão do Poder.
13. O Parlamentarismo.
14. O Presidencialismo.
15. Tendências do Estado Contemporâneo.
16. O Estado Federal.
17. O Estado na Ordem Internacional.
18. Intervenção do Estado na Sociedade.
19. Estado Socialista e Capitalismo de Estado.
20. O Estado e os Grupos Sociais.
21. Idéia Atual de Estado Democrático.
22. O Futuro do Estado.

Instituições de Direito Privado Contemporâneas I

Conteúdo programático:

Noções elementares sobre teoria da norma e do ordenamento jurídico.

As grandes famílias de direito no mundo atual.

Norma jurídica, ordenamento jurídico, sistema jurídico. Direito como sistema, na teoria geral dos sistemas.

Norma jurídica e lei. Definição e caracteres da lei. A positivação. O preceito. A hipótese e a estatuição. A finalidade.

Direito objetivo. Divisão do direito objetivo. Ramos do direito.

Hierarquia das leis. Constitucionalidade e justiça da lei.

Realização do Direito. Compreensão e interpretação. Processo hermenêutico. Pré-compreensão e importância dos fatos.

Interpretação da lei. Interpretação subjetiva versus interpretação objetiva. Interpretação evolutiva.

Métodos de interpretação. Relações entre os métodos.

Espécies de interpretação (declaratória, restritiva e extensiva) (autêntica e doutrinal). Direito alternativo e equidade.

Lacunas da lei. Meios de integração. Analogia. Costumes. Princípios gerais do direito.

Vigência e eficácia da lei. Eficácia da lei do tempo. "Vacatio legis".

Eficácia da lei no espaço.

Conflito de leis. Irretroatividade. Teoria do direito adquirido.

O Direito Civil e o Direito Comercial.

Formação histórica do Direito Civil brasileiro. Fase colonial; fase imperial; o período da pré-codificação civil.

Codificação. Trabalhos de elaboração do Código Civil brasileiro.

Unificação do direito privado. Argumentos contra e a favor. Atividade dos agentes econômicos privados.

Histórico da doutrina unificadora.

Direito empresarial e a situação atual do direito comercial no Brasil. A situação atual do direito civil; projetos de códigos e microssistemas. O novo Código Civil.

Pessoa e personalidade. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Espécies de pessoas no direito em geral.

Pessoa, personalidade, capacidade jurídica, capacidade de fato. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento.

Pessoa natural. Início da personalidade. Condição jurídica do nascituro. Condição jurídica do embrião humano.

Fim da pessoa natural. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante.

Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. Representação e assistência.

Casos de incapacidade absoluta.

Casos de incapacidade relativa.

Atos válidos dos menores de 18 anos. Emancipação. Atos ilícitos.



Comissão de Graduação

Noção e classificação das pessoas jurídicas. Panorama atual das pessoas jurídicas. Entes não personalizados.
Histórico da pessoa jurídica. Teorias sobre a natureza da pessoa jurídica.
Elementos constitutivos (intrínsecos) das pessoas jurídicas de direito privado. Pressuposto formal é o registro (fator extrínseco).
Autorizações.
Sociedades civis e comerciais.
Associações. Espécies de associação. Fundações: conceito; instituição; estrutura. Situação atual das fundações.
Empresa; conceito.
Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.
Domicílio das pessoas naturais. Espécies. Pluralidade de domicílios.
Domicílio das pessoas jurídicas.
Natureza jurídica e quadro geral dos direitos de personalidade.
O direito geral da personalidade.
O direito à vida.
O direito ao corpo e às partes do corpo.
O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive intimidade.
O direito à liberdade, à igualdade, direito moral de autor etc.
A relação jurídica e o objeto da relação jurídica. Objeto imediato e objeto mediato. Noção de patrimônio.
Classificação de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens considerados sob o ponto de vista do titular do domínio.
Os bens considerados em si mesmos. Bens móveis e imóveis. Espécies de bens imóveis.
Bens simples e compostos. Bens singulares e coletivos (universalidade de fato e de direito). Sub-rogação real.
Os bens reciprocamente considerados. Bens principais e bens acessórios. Frutos; produtos; pertencas; acessões; benfeitorias. A regra o acessório segue o principal.
Os bens considerados em relação aos sujeitos. Bens no comércio e bens fora do comércio. Bens públicos e bens particulares.
Bem de família. Histórico; conceito; espécies. A Lei nº 8.009, de 1990.
Direitos registráveis e não registráveis. Registro dos bens imóveis. Registro dos bens móveis.

Instituições de Direito Privado Contemporâneas II

Conteúdo programático:

I - Fatos Jurídicos:

1. Noção de fato jurídico. A hipótese legal (suposto fático) e o suporte fático. Formação simples e formação complexa dos fatos jurídicos. Existência e eficácia jurídica.
2. As várias classificações dos fatos jurídicos (quanto à estrutura da “facti species”, quanto à licitude, quanto ao número de elementos e quanto aos efeitos).
3. Atos não-negociais.

II - Teoria do Negócio Jurídico:

A) O plano de existência do negócio jurídico.

4. Evolução do conceito de negócio jurídico: a) teorias individualistas (Teoria da Vontade e liberalismo político; Teoria da Declaração e liberalismo econômico); b) teorias da tutela pelo ordenamento e Estado-intervencionalista; c) teoria do reconhecimento social do jurídico e a pós-modernidade.
5. Definição de negócio jurídico (= declaração de vontade vista socialmente como destinada a produzir efeitos jurídicos) e funções (função individual e função social). A auto-determinação e a declaração negocial como declaração vista socialmente como de caráter vinculante. O negócio jurídico como instrumento de colaboração entre os homens. O negócio jurídico como “valor em si”.
6. Três princípios do negócio jurídico: a “fides”, a igualdade (formal e real) e a adequação social do fim. Outros princípios: princípio da conservação, princípio da boa-fé, princípio da forma livre e do consensualismo, etc.
7. Ato e negócio jurídico no C. C. brasileiro e no ordenamento jurídico brasileiro. Ato e negócio jurídico nos demais ordenamentos romano-germânicos.



8. As declarações em geral, a declaração de vontade e a declaração negocial. Manifestação e declaração. Distinção entre declaração de vontade incompleta, declaração negocial incompleta. O negócio jurídico incompleto.
9. Classificação do negócio jurídico: a) quanto ao agente (unilateral, bilateral, ato coletivo); b) quanto à forma: declaração expressa e tácita. Negócios de atuação; o silêncio como declaração de vontade. Negócios solenes.
10. Continuação: c) quanto ao conteúdo de declaração; típicos e atípicos; negócios conexos e coligados; d) quanto ao objeto: patrimoniais e não-patrimoniais. Gratuitos e onerosos. Causais e abstratos. O sinalagma.
11. Continuação: e) quanto aos efeitos: negócios de efeitos obrigacionais; negócios de disposição; negócios estatutários; autorizações. f) outras classificações.
12. Existência, validade e eficácia do negócio jurídico. Elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia. Elementos essenciais, naturais e acidentais.
13. O momento da formação e conclusão do negócio e o papel da vontade. O jogo entre justo posto e o justo natural.
14. O momento da eficácia do negócio jurídico.
15. O momento da extinção do negócio jurídico e a frustração do fim. A teoria da base negocial objetiva. Eficácia pós-negocial.
16. Interpretação dos negócios jurídicos. Tipologia negocial: o jogo entre vontade, declaração e causa.
17. Fases da interpretação negocial.
18. O negócio jurídico como processo, ou procedimento. A regra da boa-fé objetiva e sua aplicação nas fases pré-negocial, negocial propriamente dita e pós-negocial. Deveres autônomos e anexos.
19. Negócios jurídico e atividade negocial. O conceito de atividade.
20. Representação. Espécies de representação.
21. Teoria da aparência. Efeitos jurídicos da aparência.
- B) Validade e eficácia do negócio jurídico.
22. Vontade e capacidade (remissão). Falta absoluta de vontade.
23. Legitimidade e legitimação.
24. Forma. Declarações negociais que dependem da forma especial.
25. Meios de prova dos negócios jurídicos. Documentos públicos e documentos particulares. Registro.
26. Objeto do negócio jurídico. Objeto e conteúdo. Negócio jurídico "per relationem". Requisitos do objeto.
27. Vontade e vícios do consentimento: erro.
28. Vontade e vícios do consentimento: dolo.
29. Vontade e vícios do consentimento: coação e estado de perigo.
30. Lesão enorme e lesão qualificada.
31. O fim ilícito: fraude contra credores. Noção de fraude em geral. As hipóteses legais de fraude contra credores. Ação pauliana.
32. O fim ilícito: simulação. Noção de simulação, tipos, efeitos.
33. Negócio fiduciário e negócio indireto.
34. Os fatores da eficácia. Eficácia suspensa. Eficácia relativa (ou incompleta).
35. A oponibilidade do negócio jurídico a terceiros.
36. A condição e o modelo condicional.
37. O termo.
38. O encargo.
39. O motivo determinante expresso. A pressuposição.
- C) Invalidez e ineficácia.
40. Teoria das nulidades. Inexistência, invalidade (irregularidade) e ineficácia. As sanções em caso de irregularidade do negócio jurídico.
41. O negócio jurídico inexistente.
42. Espécies de nulidade: de pleno direito e dependente de sentença; absoluta e relativa; sanável e insanável; textual e virtual etc.. Nulidade a anulabilidade no Código Civil.
43. Casos de nulidade.
44. Casos de anulabilidade.
45. Ineficácia pendente e ineficácia relativa (ou inoponibilidade ao interessado).
46. O princípio da conservação dos negócios jurídicos. Nulidade parcial. Conversão.
47. Confirmação. Convalidação. Pós-eficacização.



48. Ineficácia superveniente: revogação, resolução, resilição, rescisão.
49. Particularidades da teoria das nulidades no direito comercial e em outros ramos do direito.

III - Atos Ilícitos e Distribuição Equitativa de Prejuízos.

50. O ato ilícito e a responsabilidade subjetiva. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.
51. O dano. O dano patrimonial, o dano moral e o dano social.
52. O nexo de causalidade. A “correlação”.
53. A culpa. Força maior; estado de necessidade; e legítima defesa.
54. Exercício de direito e suas limitações. Abuso de direito.
55. Evolução da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e distribuição equitativa de prejuízos.
56. Enriquecimento-sem-causa.

IV - Tutela dos direitos, prescrição e decadência.

57. Direito subjetivo, pretensão, exigibilidade e ação. A tutela dos direitos.
58. Prescrição e decadência.
59. Prazos de prescrição.
60. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.
61. Causas que interrompem a prescrição.

Para o 6º Semestre do Curso:

Instituições de Direito Privado Contemporâneas II

Conteúdo programático:

Introdução ao Estudo do Direito

Conteúdo programático.

PARTE I

1. A Universalidade do Fenômeno Jurídico.
 - 1.1. O direito: origem, significado e funções.
 - 1.2. A busca de uma compreensão universal; as concepções de língua e a definição de direito.
 - 1.3. O problema dos diferentes enfoques teóricos: zetética e dogmática.
2. O Direito como Objeto do Conhecimento: perfil histórico.
 - 2.1. Direito e conhecimento do direito: origens.
 - 2.2. A jurisprudência romana: direito como diretivo para ação.
 - 2.3. A dogmaticidade na Idade Média: o direito como dogma.
 - 2.4. A teoria jurídica na Idade Média: o direito como ordenação racional.
 - 2.5. A positivação do direito a partir do século XIX: o direito como norma posta.
 - 2.6. A ciência dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.
3. Ciência Dogmática do Direito e seu Estatuto Teórico.
 - 3.1. Ciência e tecnologia.
 - 3.2. Dogmática e tecnologia.
 - 3.3. Ciência jurídica: método e modelos teóricos.
4. Dogmática Analítica ou Ciência do Direito como Teoria da Norma.
 - 4.1. A identificação do direito como norma:
 - 4.1.1. O conceito de norma.
 - 4.1.2. A concepção dos fenômenos sociais como situações normadas. Expectativas cognitivas e normativas.
 - 4.1.3. O caráter jurídico das normas: instituições e núcleos significativos.
 - 4.1.4. A norma jurídica: um fenômeno complexo.
 - 4.2. Teoria dos conteúdos normativos ou dogmática das relações jurídicas:
 - 4.2.1. Conceito dogmático de norma jurídica.
 - 4.2.2. Tipos de normas jurídicas.
 - 4.2.3. Sistema estatístico das normas: as grandes dicotomias.



4.2.4. Direito público e direito privado

4.2.4.1. Concepção dogmática de direito público e de direito privado: princípios teóricos.

4.2.4.2. Os ramos dogmáticos do estudo do direito.

4.2.5. Direito objetivo e direito subjetivo.

4.2.5.1. Concepção dogmática do direito objetivo e subjetivo: fundamentos.

4.2.5.2. O uso dogmático da expressão direito subjetivo: situações típicas e atípicas, direitos reais e pessoais, a estrutura do direito subjetivo e outras classificações.

4.2.5.3. Sujeito de direito, pessoa física e pessoa jurídica.

4.2.5.4. Capacidade e competência.

4.2.5.5. Dever e responsabilidade.

4.2.5.6. Relações jurídicas.

4.2.6. Direito Positivo e Natural.

PARTE II

1. Teoria do ordenamento ou dogmática das fontes do direito: Norma e Ordenamento.

2. O ordenamento como sistema dinâmico.

3. A idéia de sistema normativo e o aparecimento do Estado Moderno.

4. As teorias zetéticas da validade.

5. Conceptualização dogmática do ordenamento: validade, vigência, eficácia e força.

6. A dinâmica do sistema: norma de revogação, caducidade, costume negativo e desuso.

7. Consistência do sistema: antinomias, inexistência, nulidade, anulabilidade.

8. Completude do sistema: lacunas.

9. As fontes do direito.

10. Legislação.

11. Constituição.

12. Leis.

13. Hierarquia das fontes legais: leis, decretos, regulamentos, portarias.

14. Códigos, consolidações e compiladas.

15. Tratados e convenções internacionais.

16. Costume e jurisprudência.

17. Fontes negociais, razão jurídica (doutrina, princípios gerais de direito, equidade).

18. Estrutura e repertório do sistema e a teoria das fontes.

19. Doutrina da irretroatividade das leis: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada.

20. A dogmática analítica e sua função social.

21. A moralidade do Direito.

22. Direito e fundamento.

Teoria Geral do Estado

Conteúdo programático:

PARTE I

1) Teoria do Estado: Noção, objeto, método.

2) Origem da Sociedade.

3) Finalidade social.

4) Ordem Social e Ordem Jurídica.

5) Poder Social.

6) As Sociedades Políticas.

7) Origem do Estado.

8) Evolução do Estado.

9) Soberania.

10) Território.

11) Povo.

12) O Poder do Estado.

13) Finalidades e Funções do Estado.



- 14) Conceito de Estado.
- 15) Personalidade Jurídica do Estado.
- 16) Estado e Direito.
- 17) Estado e Nação.
- 18) Atualização do Estado.

PARTE II

- 1) Estado e Democracia.
- 2) Democracia direta e semidireta.
- 3) Democracia Representativa.
- 4) O Sufrágio.
- 5) Sistemas Eleitorais e Sistemas Partidários.
- 6) Representação Política.
- 7) Representação Profissional.
- 8) Representação Institucional.
- 9) Democracia e Formas de Governo.
- 10) O Estado Constitucional.
- 11) As Declarações de Direito.
- 12) Teoria da Divisão do Poder.
- 13) O Parlamentarismo.
- 14) O Presidencialismo.
- 15) Tendências do Estado Contemporâneo.
- 16) O Estado Federal.
- 17) O Estado na Ordem Internacional.
- 18) Intervenção do Estado na Sociedade.
- 19) Estado Socialista e Capitalismo de Estado.
- 20) O Estado e os Grupos Sociais.
- 21) Idéia Atual de Estado Democrático.
- 22) O Futuro do Estado.

Instituições de Direito Privado Contemporâneas I

Conteúdo programático:

Noções elementares sobre teoria da norma e do ordenamento jurídico.

As grandes famílias de direito no mundo atual.

Norma jurídica, ordenamento jurídico, sistema jurídico. Direito como sistema, na teoria geral dos sistemas.

Norma jurídica e lei. Definição e caracteres da lei. A positivação. O preceito. A hipótese e a estatuição. A finalidade.

Direito objetivo. Divisão do direito objetivo. Ramos do direito.

Hierarquia das leis. Constitucionalidade e justiça da lei.

Realização do Direito. Compreensão e interpretação. Processo hermenêutico. Pré-compreensão e importância dos fatos.

Interpretação da lei. Interpretação subjetiva versus interpretação objetiva. Interpretação evolutiva.

Métodos de interpretação. Relações entre os métodos.

Espécies de interpretação (declaratória, restritiva e extensiva) (autêntica e doutrinal). Direito alternativo e equidade.

Lacunas da lei. Meios de integração. Analogia. Costumes. Princípios gerais do direito.

Vigência e eficácia da lei. Eficácia da lei do tempo. "Vacatio legis".

Eficácia da lei no espaço.

Conflito de leis. Irretroatividade. Teoria do direito adquirido.

O Direito Civil e o Direito Comercial.

Formação histórica do Direito Civil brasileiro. Fase colonial; fase imperial; o período da pré-codificação civil.

Codificação. Trabalhos de elaboração do Código Civil brasileiro.



Comissão de Graduação

Unificação do direito privado. Argumentos contra e a favor. Atividade dos agentes econômicos privados.
Histórico da doutrina unificadora.
Direito empresarial e a situação atual do direito comercial no Brasil. A situação atual do direito civil; projetos de códigos e microsistemas. O novo Código Civil.
Pessoa e personalidade. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Espécies de pessoas no direito em geral.
Pessoa, personalidade, capacidade jurídica, capacidade de fato. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento.
Pessoa natural. Início da personalidade. Condição jurídica do nascituro. Condição jurídica do embrião humano. Fim da pessoa natural. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante.
Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. Representação e assistência.
Casos de incapacidade absoluta.
Casos de incapacidade relativa.
Atos válidos dos menores de 18 anos. Emancipação. Atos ilícitos.
Noção e classificação das pessoas jurídicas. Panorama atual das pessoas jurídicas. Entes não personalizados.
Histórico da pessoa jurídica. Teorias sobre a natureza da pessoa jurídica.
Elementos constitutivos (intrínsecos) das pessoas jurídicas de direito privado. Pressuposto formal é o registro (fator extrínseco).
Autorizações.
Sociedades civis e comerciais.
Associações. Espécies de associação. Fundações: conceito; instituição; estrutura. Situação atual das fundações.
Empresa; conceito.
Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.
Domicílio das pessoas naturais. Espécies. Pluralidade de domicílios.
Domicílio das pessoas jurídicas.
Natureza jurídica e quadro geral dos direitos de personalidade.
O direito geral da personalidade.
O direito à vida.
O direito ao corpo e às partes do corpo.
O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive intimidade.
O direito à liberdade, à igualdade, direito moral de autor etc.
A relação jurídica e o objeto da relação jurídica. Objeto imediato e objeto mediato. Noção de patrimônio.
Classificação de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens considerados sob o ponto de vista do titular do domínio.
Os bens considerados em si mesmos. Bens móveis e imóveis. Espécies de bens imóveis.
Bens simples e compostos. Bens singulares e coletivos (universalidade de fato e de direito). Sub-rogação real.
Os bens reciprocamente considerados. Bens principais e bens acessórios. Frutos; produtos; pertenças; acessões; benfeitorias. A regra o acessório segue o principal.
Os bens considerados em relação aos sujeitos. Bens no comércio e bens fora do comércio. Bens públicos e bens particulares.
Bem de família. Histórico; conceito; espécies. A Lei nº 8.009, de 1990.
Direitos registráveis e não registráveis. Registro dos bens imóveis. Registro dos bens móveis.

Instituições de Direito Privado Contemporâneas II

Conteúdo programático:

I - Fatos Jurídicos:

1. Noção de fato jurídico. A hipótese legal (suposto fático) e o suporte fático. Formação simples e formação complexa dos fatos jurídicos. Existência e eficácia jurídica.
2. As várias classificações dos fatos jurídicos (quanto à estrutura da "facti species", quanto à licitude, quanto ao número de elementos e quanto aos efeitos).
3. Atos não-negociais.

II - Teoria do Negócio Jurídico:



Comissão de Graduação

A) O plano de existência do negócio jurídico.

4. Evolução do conceito de negócio jurídico: a) teorias individualistas (Teoria da Vontade e liberalismo político; Teoria da Declaração e liberalismo econômico); b) teorias da tutela pelo ordenamento e Estado-intervencionista; c) teoria do reconhecimento social do jurídico e a pós-modernidade.

5. Definição de negócio jurídico (= declaração de vontade vista socialmente como destinada a produzir efeitos jurídicos) e funções (função individual e função social). A auto-determinação e a declaração negocial como declaração vista socialmente como de caráter vinculante. O negócio jurídico como instrumento de colaboração entre os homens. O negócio jurídico como “valor em si”.

6. Três princípios do negócio jurídico: a “fides”, a igualdade (formal e real) e a adequação social do fim. Outros princípios: princípio da conservação, princípio da boa-fé, princípio da forma livre e do consensualismo, etc.

7. Ato e negócio jurídico no C. C. brasileiro e no ordenamento jurídico brasileiro. Ato e negócio jurídico nos demais ordenamentos romano-germânicos.

8. As declarações em geral, a declaração de vontade e a declaração negocial. Manifestação e declaração. Distinção entre declaração de vontade incompleta, declaração negocial incompleta. O negócio jurídico incompleto.

9. Classificação do negócio jurídico: a) quanto ao agente (unilateral, bilateral, ato coletivo); b) quanto à forma: declaração expressa e tácita. Negócios de atuação; o silêncio como declaração de vontade. Negócios solenes.

10. Continuação: c) quanto ao conteúdo de declaração; típicos e atípicos; negócios conexos e coligados; d) quanto ao objeto: patrimoniais e não-patrimoniais. Gratuitos e onerosos. Causais e abstratos. O sinalagma.

11. Continuação: e) quanto aos efeitos: negócios de efeitos obrigacionais; negócios de disposição; negócios estatutários; autorizações. f) outras classificações.

12. Existência, validade e eficácia do negócio jurídico. Elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia. Elementos essenciais, naturais e acidentais.

13. O momento da formação e conclusão do negócio e o papel da vontade. O jogo entre *justo posto* e o *justo natural*.

14. O momento da eficácia do negócio jurídico.

15. O momento da extinção do negócio jurídico e a frustração do fim. A teoria da base negocial objetiva. Eficácia pós-negocial.

16. Interpretação dos negócios jurídicos. Tipologia negocial: o jogo entre vontade, declaração e causa.

17. Fases da interpretação negocial.

18. O negócio jurídico como processo, ou procedimento. A regra da boa-fé objetiva e sua aplicação nas fases pré-negocial, negocial propriamente dita e pós-negocial. Deveres autônomos e anexos.

19. Negócios jurídico e atividade negocial. O conceito de atividade.

20. Representação. Espécies de representação.

21. Teoria da aparência. Efeitos jurídicos da aparência.

B) Validade e eficácia do negócio jurídico.

22. Vontade e capacidade (remissão). Falta absoluta de vontade.

23. Legitimidade e legitimação.

24. Forma. Declarações negociais que dependem da forma especial.

25. Meios de prova dos negócios jurídicos. Documentos públicos e documentos particulares. Registro.

26. Objeto do negócio jurídico. Objeto e conteúdo. Negócio jurídico “*per relationem*”. Requisitos do objeto.

27. Vontade e vícios do consentimento: erro.

28. Vontade e vícios do consentimento: dolo.

29. Vontade e vícios do consentimento: coação e estado de perigo.

30. Lesão enorme e lesão qualificada.

31. O fim ilícito: fraude contra credores. Noção de fraude em geral. As hipóteses legais de fraude contra credores. Ação pauliana.

32. O fim ilícito: simulação. Noção de simulação, tipos, efeitos.

33. Negócio fiduciário e negócio indireto.

34. Os fatores da eficácia. Eficácia suspensa. Eficácia relativa (ou incompleta).

35. A oponibilidade do negócio jurídico a terceiros.

36. A condição e o modelo condicional.

37. O termo.

38. O encargo.



39. O motivo determinante expreso. A pressuposição.
C) Invalidez e ineficácia.
40. Teoria das nulidades. Inexistência, invalidade (irregularidade) e ineficácia. As sanções em caso de irregularidade do negócio jurídico.
41. O negócio jurídico inexistente.
42. Espécies de nulidade: de pleno direito e dependente de sentença; absoluta e relativa; sanável e insanável; textual e virtual etc.. Nulidade a anulabilidade no Código Civil.
43. Casos de nulidade.
44. Casos de anulabilidade.
45. Ineficácia pendente e ineficácia relativa (ou inoponibilidade ao interessado).
46. O princípio da conservação dos negócios jurídicos. Nulidade parcial. Conversão.
47. Confirmação. Convalidação. Pós-eficacização.
48. Ineficácia superveniente: revogação, resolução, resilição, rescisão.
49. Particularidades da teoria das nulidades no direito comercial e em outros ramos do direito.

III - Atos Ilícitos e Distribuição Equitativa de Prejuízos.

50. O ato ilícito e a responsabilidade subjetiva. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.
51. O dano. O dano patrimonial, o dano moral e o dano social.
52. O nexo de causalidade. A “correlação”.
53. A culpa. Força maior; estado de necessidade; e legítima defesa.
54. Exercício de direito e suas limitações. Abuso de direito.
55. Evolução da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e distribuição equitativa de prejuízos.
56. Enriquecimento-sem-causa.

IV - Tutela dos direitos, prescrição e decadência.

57. Direito subjetivo, pretensão, exigibilidade e ação. A tutela dos direitos.
58. Prescrição e decadência.
59. Prazos de prescrição.
60. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.
61. Causas que interrompem a prescrição.

Teoria Geral do Direito Penal I

Conteúdo programático:

- 1) A evolução das Escolas Penais: Escola Clássica, Positivismo Naturalista, Positivismo Jurídico, Neokantismo.
- 2) Finalismo, Pós-Finalismo, Funcionalismo, Sociedade de Risco e Direito Penal Atual.
- 3) Conceito de Ação. Evolução do Conceito de Ação.
- 4) Conceito de Tipo. Evolução do Conceito de Tipo. Teoria do Tipo. Tipos Dolosos. Dolo Eventual. Evolução do Conceito de Tipo. Teoria do Tipo. Tipos Dolosos. Dolo Eventual. Crimes Qualificados pelo Resultado.
- 5) Relação de Casualidade. Teorias. Imputação Objetiva.
- 6) Tipicidade. Conceito. Tipicidade Formal e Material.
- 7) Erro sobre os Elementos do Tipo. Teorias. Erro Essencial. Erro Acidental. Erro na Execução.
- 8) Antijuricidade. Conceito. Causas de Justificação. Erro nas Eximentes Putativas Fáticas.
- 9) Culpabilidade. Conceito e Evolução. Erro sobre Ilicitude.
- 10) Tipos Culposos. Conceito. Peculiaridade.
- 11) Tipos Culposos e Imputação Objetiva.
- 12) Tipos Omissos. A Relevância da Omissão. Tipos Omissos Próprios. Crimes Comissivos por Omissão.
- 13) Concurso de Pessoas. Circunstâncias Incomunicáveis.
- 14) Autoria Mediata.

Direito Civil I - Obrigações



Conteúdo programático:

I – Introdução ao Direito das Obrigações

1. Noção geral de obrigação. Conceito jurídico de obrigação. Elementos constitutivos do vínculo jurídico obrigacional.
2. Evolução histórica do Direito das Obrigações. O vínculo jurídico: débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung).
3. Casos de quebra da igualdade entre débito e responsabilidade. Obrigação civil e obrigação natural.
4. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever em geral, ônus e situação de sujeição.
5. Distinção entre direitos reais e pessoais. Obrigação propter rem. Ônus reais.
6. Fontes das obrigações: fonte imediata das Obrigações e as tentativas de unificação do Direito Obrigacional; fontes imediatas das Obrigações.
7. Obrigações e contratos: comparação entre o sistema romano-germânico e o anglo-saxão.
8. Visão atual quadripartida das fontes das obrigações.
9. Fontes voluntárias negociais. Negócio jurídico: contratos e atos unilaterais.
10. Fontes voluntárias não negociais. Os denominados “quase contratos”. As relações contratuais de fato ou relações para-negociais.
11. Fontes involuntárias consistentes em ato ilícito.
12. Classificação das obrigações.
13. Obrigações de dar, entregar e restituir coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias: princípio do curso forçado da moeda, princípio do nominalismo, cláusula de escala móvel e revisão judicial das obrigações. Dívidas de valor.
14. Obrigações de fazer e não fazer.
15. Obrigações de prestar declaração de vontade.
16. Obrigações de meio e de resultado.
17. Obrigações divisíveis e indivisíveis.
18. Obrigações solidárias. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.
19. Obrigações alternativas. A escolha.
20. Obrigações condicionais e a termo.
21. Obrigações principais e acessórias.

II – Adimplemento, inadimplemento e outras formas de extinção das obrigações.

22. Pessoas vinculadas à obrigação. Situação dos herdeiros. Promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro e contrato com pessoa a declarar.
23. Distinção entre pagamento, adimplemento e cumprimento da obrigação.
24. Quadro geral das figuras de “pagamento sub-rogado” e das figuras de extinção da obrigação sem pagamento.
25. O pagamento. De quem deve ou pode pagar.
26. Daqueles a quem se deve ou se pode pagar. Pagamentos eficazes feitos a quem não é credor e pagamentos ineficazes feitos ao credor.
27. Objeto do pagamento.
28. Prova do pagamento e presunções de pagamento. Quitação.
29. Lugar e tempo do pagamento. Antecipações de vencimento.
30. O pagamento indevido e enriquecimento sem causa.
31. Noção geral de inadimplemento. Distinção entre mora e inadimplemento absoluto.
32. A regra da boa-fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios. Caracterização da “violação positiva do contrato”.
33. Mora: conceito. Espécies. Consequências da mora do devedor.
34. Termo inicial da mora. Constituição em mora. Casos de exceção ao princípio “dies interpellat pro homine”.
35. Mora do credor. Consequências. Purgação da mora em geral.
36. Cláusula penal. Natureza e caracteres da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória. Efeitos da cláusula penal.
37. Inadimplemento absoluto. Caso fortuito e força maior. Perdas e danos. Os juros legais.



Comissão de Graduação

38. Quatro figuras relativas ao inadimplemento e subordinadas à regra da boa-fé objetiva: “substantial performance”, “tender of performance”, responsabilidade pelo fato do produto ou serviço e pós-eficácia em sentido amplo.

III – Pagamentos especiais:

39. Consignação em pagamento.
40. Pagamento com sub-rogação.
41. Imputação em pagamento.
42. Dação em pagamento.

IV – Extinção das obrigações sem pagamento:

43. Novação.
44. Compensação.
45. Confusão.
46. Remissão de dívidas.

V – Transmissão das Obrigações

47. Cessão de crédito.
48. Cessão de débito.
49. Cessão de contrato.

Direito Constitucional I

Conteúdo programático:

1. O Constitucionalismo.
2. Conceito de Constituição.
3. Princípios constitucionais.
4. A eficácia das normas constitucionais.
5. Interpretação e aplicação de normas constitucionais.
6. A teoria do Poder Constituinte.
7. A evolução histórica do Constitucionalismo brasileiro.
8. O sistema político: A democracia e a representação política.
9. Valores e fatores condicionantes da democracia.
10. Nacionalidade e direitos políticos.
11. O estatuto constitucional dos partidos políticos.
12. A forma de Estado: Federalismo e repartição de competências.
13. As entidades federadas e a intervenção federal e estadual.
14. A separação dos Poderes.
15. Sistemas de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo.

Direito Constitucional II

Conteúdo programático:

1. O Poder Legislativo e suas competências.
2. Organização e garantias do Legislativo.
3. O processo legislativo.
4. O Poder Executivo: organização e competências.
5. Princípios constitucionais da Administração Pública.
6. O poder regulamentar.
7. As Forças Armadas e sua missão constitucional.
8. O Poder Judiciário e suas garantias.
9. A organização da Justiça Brasileira.



10. O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
11. As funções essenciais à Justiça.
12. O controle de constitucionalidade e seu impacto no sistema jurídico.
13. O controle incidental e o controle abstrato de normas.
14. A Constituição Econômica: a atuação do Estado no domínio econômico e seus limites.
15. A ordem social: controle jurisdicional de políticas públicas.

Teoria Geral do Direito Penal II

Conteúdo programático:

- 1- culpabilidade e evolução da teoria do delito. Teorias e escolas penais.
- 2- o conceito atual de culpabilidade: claus roxin, winfried hassemer, günther jakobs, klaus günther.
- 3- as sanções penais : sistema de penas. Função da pena no estado democrático de direito.
- 4- dogmática jurídica e política criminal e sistemas de penas
- 5- penas privativas de liberdade e restritivas de direito.
- 6- penas pecuniárias e alternativas às penas privativas de liberdade.
- 7- individualização da pena.
- 8- circunstâncias agravantes e atenuantes.
- 9- suspensão condicional da pena e livramento condicional.
- 10- o papel da vítima no direito penal moderno e a imputação objetiva. A auto-colocação em risco.
- 11- actio libera in causa. E culpabilidade.
- 12- medidas de segurança e direito penal brasileiro.
- 13- ação penal.
- 14- extinção da punibilidade. Causas. O perdão judicial.
- 15- o futuro da pena privativa de liberdade.

Direito Processual Civil I – Teoria Geral

Conteúdo programático:

1. Competência.
 - 1.1. Noções gerais sobre jurisdição e competência.
 - 1.2. A distribuição da competência.
 - 1.3. A jurisdição civil.
 - 1.4. Critérios de distribuição da competência.
 - 1.5. Competência territorial geral.
 - 1.6. Competência territorial especial.
 - 1.7. Competência relativa e competência absoluta.
 - 1.8. Modificações da competência.
 - 1.9. A declaração da incompetência.
2. Ação e condições da ação.
 - 2.1. Conceitos de ação.
 - 2.2. Pressupostos para julgamento do mérito.
 - 2.3. Condições da ação.
 - 2.4. Pressupostos processuais.
3. Partes.
 - 3.1. Representação processual.
 - 3.2. Deveres das partes e seus procuradores.
 - 3.3. Despesas e dano processual.
 - 3.4. Substituição e sucessão processual.
 - 3.5. Pluralidade de partes: litisconsórcio.
 - 3.6. Modalidades de litisconsórcio.
4. Intervenção de terceiros.



- 4.1. Assistência.
- 4.2. Oposição.
- 4.3. Nomeação à autoria.
- 4.4. Denúnciação da lide.
- 4.5. Chamamento ao processo.
- 4.6. Intervenção espontânea e recurso do terceiro prejudicado.

Direito Civil II – Contratos

Conteúdo programático:

I - Teoria Geral dos Contratos:

1. Conceito jurídico de contrato.
2. Histórico e função socioeconômica do contrato. Evolução da Doutrina Contratual.
3. Princípios do direito contratual na visão tradicional (princípios contratuais clássicos ou liberais): princípio da liberdade contratual, princípio da obrigatoriedade do contrato, princípio do consensualismo e princípio da relatividade dos efeitos do contrato.
4. Os novos princípios contratuais (princípios contratuais sociais): princípio da boa-fé objetiva, princípio da função social do contrato e princípio do equilíbrio contratual.
5. O sinalagma contratual. A chamada causa dos contratos.
6. Requisitos e pressupostos contratuais (partes, objeto e forma).
7. Formação dos contratos. Proposta. Aceitação. Contratos entre presentes e contratos telemáticos entre presentes. Contratos entre ausentes e contratos telemáticos entre ausentes. O silêncio como manifestação de vontade. A conduta como manifestação de vontade (doutrina dos comportamentos concludentes).
8. Lugar da formação dos contratos.
9. As negociações preliminares.
10. O contrato preliminar.
11. Interpretação dos contratos.
12. O contrato de adesão. Condições gerais dos contratos.
13. Contratos bilaterais. Exceção do contrato não cumprido. Cláusula resolutiva tácita. Vícios redibitórios. Evicção.
14. Contratos atípicos e coligados.
15. Contratos aleatórios.
16. Classificação dos contratos.
17. Extinção dos contratos. Resolução, rescisão e rescisão.
18. Teoria da imprevisão e resolução do contrato por onerosidade excessiva no Código Civil de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor.

II – Contratos em espécie:

19. Compra e venda. Caráter obrigacional ou real da compra e venda. Natureza jurídica e elementos da compra e venda. Regras especiais de algumas modalidades da compra e venda: a) venda por amostra; b) venda ad corpus e ad mensuram; c) despesas nas vendas imobiliárias; d) hipótese de defeito oculto nas coisas conjuntas. Problemas relativos à legitimidade das partes na compra e venda: a) venda de ascendente à descendente; b) venda por pessoa encarregada de zelar pelo interesse do vendedor; c) venda por condômino. Cláusulas especiais à compra e venda: caracterização da retrovenda, venda a contento e da sujeita à prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio e venda sobre documentos.
20. Compromisso de compra e venda: histórico, conceito, requisitos e pressupostos contratuais que lhe são peculiares, efeitos reais, consequências do inadimplemento.
21. Alienação fiduciária. Conceito, caracterização jurídica e mecanismos de tutela. Distinção de figuras afins.
22. Troca ou permuta. Natureza jurídica. Valor de torna. Diferenças da compra e venda.
23. Doação: natureza jurídica e espécies. Questões relativas às modalidades de aceitação. Restrições à liberdade de doar. Cláusula de reversão. Doação a casal e doação entre cônjuges. Nulidades, anulabilidades e ineficácias da doação. Revogação por ingratidão. Revogação por não cumprimento do encargo.



Comissão de Graduação

24. Comodato: conceito e natureza jurídica. Obrigações e direitos do comodatário e comodante. Consequências do comodato interessado.
25. Mútuo: conceito e natureza jurídica. Distinção de figuras afins. Espécies de mútuo. Mútuo feneratício. Juros remuneratórios e limite legal. Lei da Usura. Prazos e extinção do mútuo.
26. Contratos de locação de coisa: a) noção; b) natureza jurídica; c) espécies; d) quadro geral da locação, hoje. Lei de Inquilinato. Locação residencial: espécies e consequências. Direito e deveres do locador e do locatário. Existência ou inexistência do direito de preferência na locação residencial e não residencial. Ação de despejo.
27. Contrato de prestação de serviço. Conceito e características. Distinção entre prestação de serviço e contrato de trabalho.
28. Contratos de empreitada de labor: a) noção; b) natureza jurídica; c) principal diferença do contrato de prestação de serviço; d) extinção de direito subjetivo do empreiteiro de receber a remuneração. Contratos de empreitada de labor e material: a) noção; b) natureza jurídica.
29. Depósito: conceito e das várias espécies de depósitos. Natureza jurídica do depósito voluntário. Figuras afins. Obrigações e direitos do depositante e do depositário. Depósito necessário como relação contratual de fato. Hipóteses legais. Regime jurídico.
30. Mandato. Diferenças entre mandato (contrato), mandato (procuração) e representação. Figuras afins a esses três institutos. Natureza jurídica do contrato de mandato. Obrigações e direitos do mandante e do mandatário. Procuração e poderes outorgados. Procuração em causa própria e cláusula mandato. Atos do falso procurador, do procurador agindo com excesso de poder ou com abuso de representação (Teoria Ultra Vires). Extinção do mandato. Mandato judicial.
31. Contrato de transporte. Conceito e das várias espécies de transportes. Obrigações e direitos dos contratantes.
32. Constituição de renda. Conceito e características. Distinção de figuras afins.
33. Jogo e aposta. Conceito, características e consequências jurídicas.
34. Fiança. Conceito e características. Direitos e deveres dos contratantes. Benefício de Ordem. Impenhorabilidade do bem de família. Exoneração da fiança.
35. Transação: conceito, natureza jurídica, forma, objeto, efeitos.
36. Compromisso: natureza jurídica, espécies, forma. A cláusula compromissória.

III - Dos Atos Unilaterais:

37. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Promessa de recompensa.
38. Gestão de negócios.

Direito Processual Civil II

Conteúdo programático:

1. Atos processuais: conceito, classificação e forma.
2. Inexistências e Invalidades processuais
3. Processo e Procedimento
4. Formação e suspensão do processo.
5. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento.
6. Pretensão, demanda, pedido e mérito. Cumulação de pedidos.
7. Citação. Intimação.
8. Resposta do réu. Reconhecimento do pedido. Revelia e contumácia.
9. Defesa e exceções.
10. Reconvenção e ação declaratória incidental.
11. Fase ordinatória: audiência preliminar e saneamento do processo.
12. Do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado da lide.

Para o 8º Semestre do Curso:

Instituições de Direito Privado Contemporâneas II



**Conteúdo programático:
Introdução ao Estudo do Direito**

Conteúdo programático.

PARTE I

1. A Universalidade do Fenômeno Jurídico.
 - 1.1. O direito: origem, significado e funções.
 - 1.2. A busca de uma compreensão universal; as concepções de língua e a definição de direito.
 - 1.3. O problema dos diferentes enfoques teóricos: zetética e dogmática.
2. O Direito como Objeto do Conhecimento: perfil histórico.
 - 2.1. Direito e conhecimento do direito: origens.
 - 2.2. A jurisprudência romana: direito como diretivo para ação.
 - 2.3. A dogmaticidade na Idade Média: o direito como dogma.
 - 2.4. A teoria jurídica na Idade Média: o direito como ordenação racional.
 - 2.5. A positivação do direito a partir do século XIX: o direito como norma posta.
 - 2.6. A ciência dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.
3. Ciência Dogmática do Direito e seu Estatuto Teórico.
 - 3.1. Ciência e tecnologia.
 - 3.2. Dogmática e tecnologia.
 - 3.3. Ciência jurídica: método e modelos teóricos.
4. Dogmática Analítica ou Ciência do Direito como Teoria da Norma.
 - 4.1. A identificação do direito como norma:
 - 4.1.1. O conceito de norma.
 - 4.1.2. A concepção dos fenômenos sociais como situações normadas. Expectativas cognitivas e normativas.
 - 4.1.3. O caráter jurídico das normas: instituições e núcleos significativos.
 - 4.1.4. A norma jurídica: um fenômeno complexo.
 - 4.2. Teoria dos conteúdos normativos ou dogmática das relações jurídicas:
 - 4.2.1. Conceito dogmático de norma jurídica.
 - 4.2.2. Tipos de normas jurídicas.
 - 4.2.3. Sistema estatístico das normas: as grandes dicotomias.
 - 4.2.4. Direito público e direito privado
 - 4.2.4.1. Concepção dogmática de direito público e de direito privado: princípios teóricos.
 - 4.2.4.2. Os ramos dogmáticos do estudo do direito.
 - 4.2.5. Direito objetivo e direito subjetivo.
 - 4.2.5.1. Concepção dogmática do direito objetivo e subjetivo: fundamentos.
 - 4.2.5.2. O uso dogmático da expressão direito subjetivo: situações típicas e atípicas, direitos reais e pessoais, a estrutura do direito subjetivo e outras classificações.
 - 4.2.5.3. Sujeito de direito, pessoa física e pessoa jurídica.
 - 4.2.5.4. Capacidade e competência.
 - 4.2.5.5. Dever e responsabilidade.
 - 4.2.5.6. Relações jurídicas.
 - 4.2.6. Direito Positivo e Natural.

PARTE II

1. Teoria do ordenamento ou dogmática das fontes do direito: Norma e Ordenamento.
2. O ordenamento como sistema dinâmico.
3. A idéia de sistema normativo e o aparecimento do Estado Moderno.
4. As teorias zetéticas da validade.
5. Conceptualização dogmática do ordenamento: validade, vigência, eficácia e força.
6. A dinâmica do sistema: norma de revogação, caducidade, costume negativo e desuso.
7. Consistência do sistema: antinomias, inexistência, nulidade, anulabilidade.
8. Completude do sistema: lacunas.
9. As fontes do direito.
10. Legislação.



11. Constituição.
12. Leis.
13. Hierarquia das fontes legais: leis, decretos, regulamentos, portarias.
14. Códigos, consolidações e compiladas.
15. Tratados e convenções internacionais.
16. Costume e jurisprudência.
17. Fontes negociais, razão jurídica (doutrina, princípios gerais de direito, equidade).
18. Estrutura e repertório do sistema e a teoria das fontes.
19. Doutrina da irretroatividade das leis: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada.
20. A dogmática analítica e sua função social.
21. A moralidade do Direito.
22. Direito e fundamento.

Teoria Geral do Estado

Conteúdo programático:

PARTE I

- 1) Teoria do Estado: Noção, objeto, método.
- 2) Origem da Sociedade.
- 3) Finalidade social.
- 4) Ordem Social e Ordem Jurídica.
- 5) Poder Social.
- 6) As Sociedades Políticas.
- 7) Origem do Estado.
- 8) Evolução do Estado.
- 9) Soberania.
- 10) Território.
- 11) Povo.
- 12) O Poder do Estado.
- 13) Finalidades e Funções do Estado.
- 14) Conceito de Estado.
- 15) Personalidade Jurídica do Estado.
- 16) Estado e Direito.
- 17) Estado e Nação.
- 18) Atualização do Estado.

PARTE II

- 1) Estado e Democracia.
- 2) Democracia direta e semidireta.
- 3) Democracia Representativa.
- 4) O Sufrágio.
- 5) Sistemas Eleitorais e Sistemas Partidários.
- 6) Representação Política.
- 7) Representação Profissional.
- 8) Representação Institucional.
- 9) Democracia e Formas de Governo.
- 10) O Estado Constitucional.
- 11) As Declarações de Direito.
- 12) Teoria da Divisão do Poder.
- 13) O Parlamentarismo.
- 14) O Presidencialismo.
- 15) Tendências do Estado Contemporâneo.
- 16) O Estado Federal.
- 17) O Estado na Ordem Internacional.



- 18) Intervenção do Estado na Sociedade.
- 19) Estado Socialista e Capitalismo de Estado.
- 20) O Estado e os Grupos Sociais.
- 21) Idéia Atual de Estado Democrático.
- 22) O Futuro do Estado.

Instituições de Direito Privado Contemporâneas I

Conteúdo programático:

Noções elementares sobre teoria da norma e do ordenamento jurídico.
As grandes famílias de direito no mundo atual.
Norma jurídica, ordenamento jurídico, sistema jurídico. Direito como sistema, na teoria geral dos sistemas.
Norma jurídica e lei. Definição e caracteres da lei. A positivação. O preceito. A hipótese e a estatuição. A finalidade.
Direito objetivo. Divisão do direito objetivo. Ramos do direito.
Hierarquia das leis. Constitucionalidade e justiça da lei.
Realização do Direito. Compreensão e interpretação. Processo hermenêutico. Pré-compreensão e importância dos fatos.
Interpretação da lei. Interpretação subjetiva versus interpretação objetiva. Interpretação evolutiva.
Métodos de interpretação. Relações entre os métodos.
Espécies de interpretação (declaratória, restritiva e extensiva) (autêntica e doutrinal). Direito alternativo e equidade.
Lacunas da lei. Meios de integração. Analogia. Costumes. Princípios gerais do direito.
Vigência e eficácia da lei. Eficácia da lei do tempo. "Vacatio legis".
Eficácia da lei no espaço.
Conflito de leis. Irretroatividade. Teoria do direito adquirido.
O Direito Civil e o Direito Comercial.
Formação histórica do Direito Civil brasileiro. Fase colonial; fase imperial; o período da pré-codificação civil.
Codificação. Trabalhos de elaboração do Código Civil brasileiro.
Unificação do direito privado. Argumentos contra e a favor. Atividade dos agentes econômicos privados.
Histórico da doutrina unificadora.
Direito empresarial e a situação atual do direito comercial no Brasil. A situação atual do direito civil; projetos de códigos e microsistemas. O novo Código Civil.
Pessoa e personalidade. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Espécies de pessoas no direito em geral.
Pessoa, personalidade, capacidade jurídica, capacidade de fato. Legitimidade e ilegitimidade ou impedimento.
Pessoa natural. Início da personalidade. Condição jurídica do nascituro. Condição jurídica do embrião humano.
Fim da pessoa natural. Morte presumida. Comoriência. Caracterização da morte e possibilidade de transplante.
Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. Representação e assistência.
Casos de incapacidade absoluta.
Casos de incapacidade relativa.
Atos válidos dos menores de 18 anos. Emancipação. Atos ilícitos.
Noção e classificação das pessoas jurídicas. Panorama atual das pessoas jurídicas. Entes não personalizados.
Histórico da pessoa jurídica. Teorias sobre a natureza da pessoa jurídica.
Elementos constitutivos (intrínsecos) das pessoas jurídicas de direito privado. Pressuposto formal é o registro (fator extrínseco).
Autorizações.
Sociedades civis e comerciais.
Associações. Espécies de associação. Fundações: conceito; instituição; estrutura. Situação atual das fundações.
Empresa; conceito.
Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.
Domicílio das pessoas naturais. Espécies. Pluralidade de domicílios.
Domicílio das pessoas jurídicas.



Natureza jurídica e quadro geral dos direitos de personalidade.
O direito geral da personalidade.
O direito à vida.
O direito ao corpo e às partes do corpo.
O direito ao nome, à imagem e outros relativos à identidade e à figura social, inclusive intimidade.
O direito à liberdade, à igualdade, direito moral de autor etc.
A relação jurídica e o objeto da relação jurídica. Objeto imediato e objeto mediato. Noção de patrimônio.
Classificação de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens considerados sob o ponto de vista do titular do domínio.
Os bens considerados em si mesmos. Bens móveis e imóveis. Espécies de bens imóveis.
Bens simples e compostos. Bens singulares e coletivos (universalidade de fato e de direito). Sub-rogação real.
Os bens reciprocamente considerados. Bens principais e bens acessórios. Frutos; produtos; pertencas; acessões; benfeitorias. A regra o acessório segue o principal.
Os bens considerados em relação aos sujeitos. Bens no comércio e bens fora do comércio. Bens públicos e bens particulares.
Bem de família. Histórico; conceito; espécies. A Lei nº 8.009, de 1990.
Direitos registráveis e não registráveis. Registro dos bens imóveis. Registro dos bens móveis.

Instituições de Direito Privado Contemporâneas II

Conteúdo programático:

I - Fatos Jurídicos:

1. Noção de fato jurídico. A hipótese legal (suposto fático) e o suporte fático. Formação simples e formação complexa dos fatos jurídicos. Existência e eficácia jurídica.
2. As várias classificações dos fatos jurídicos (quanto à estrutura da “facti species”, quanto à licitude, quanto ao número de elementos e quanto aos efeitos).
3. Atos não-negociais.

II - Teoria do Negócio Jurídico:

A) O plano de existência do negócio jurídico.

4. Evolução do conceito de negócio jurídico: a) teorias individualistas (Teoria da Vontade e liberalismo político; Teoria da Declaração e liberalismo econômico); b) teorias da tutela pelo ordenamento e Estado-intervencionalista; c) teoria do reconhecimento social do jurídico e a pós-modernidade.
5. Definição de negócio jurídico (= declaração de vontade vista socialmente como destinada a produzir efeitos jurídicos) e funções (função individual e função social). A auto-determinação e a declaração negocial como declaração vista socialmente como de caráter vinculante. O negócio jurídico como instrumento de colaboração entre os homens. O negócio jurídico como “valor em si”.
6. Três princípios do negócio jurídico: a “fides”, a igualdade (formal e real) e a adequação social do fim. Outros princípios: princípio da conservação, princípio da boa-fé, princípio da forma livre e do consensualismo, etc.
7. Ato e negócio jurídico no C. C. brasileiro e no ordenamento jurídico brasileiro. Ato e negócio jurídico nos demais ordenamentos romano-germânicos.
8. As declarações em geral, a declaração de vontade e a declaração negocial. Manifestação e declaração. Distinção entre declaração de vontade incompleta, declaração negocial incompleta. O negócio jurídico incompleto.
9. Classificação do negócio jurídico: a) quanto ao agente (unilateral, bilateral, ato coletivo); b) quanto à forma: declaração expressa e tácita. Negócios de atuação; o silêncio como declaração de vontade. Negócios solenes.
10. Continuação: c) quanto ao conteúdo de declaração; típicos e atípicos; negócios conexos e coligados; d) quanto ao objeto: patrimoniais e não-patrimoniais. Gratuitos e onerosos. Causais e abstratos. O sinalagma.
11. Continuação: e) quanto aos efeitos: negócios de efeitos obrigacionais; negócios de disposição; negócios estatutários; autorizações. f) outras classificações.
12. Existência, validade e eficácia do negócio jurídico. Elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia. Elementos essenciais, naturais e acidentais.
13. O momento da formação e conclusão do negócio e o papel da vontade. O jogo entre justo posto e o justo natural.



14. O momento da eficácia do negócio jurídico.
 15. O momento da extinção do negócio jurídico e a frustração do fim. A teoria da base negocial objetiva. Eficácia pós-negocial.
 16. Interpretação dos negócios jurídicos. Tipologia negocial: o jogo entre vontade, declaração e causa.
 17. Fases da interpretação negocial.
 18. O negócio jurídico como processo, ou procedimento. A regra da boa-fé objetiva e sua aplicação nas fases pré-negocial, negocial propriamente dita e pós-negocial. Deveres autônomos e anexos.
 19. Negócios jurídico e atividade negocial. O conceito de atividade.
 20. Representação. Espécies de representação.
 21. Teoria da aparência. Efeitos jurídicos da aparência.
 - B) Validade e eficácia do negócio jurídico.
 22. Vontade e capacidade (remissão). Falta absoluta de vontade.
 23. Legitimidade e legitimação.
 24. Forma. Declarações negociais que dependem da forma especial.
 25. Meios de prova dos negócios jurídicos. Documentos públicos e documentos particulares. Registro.
 26. Objeto do negocio jurídico. Objeto e conteúdo. Negócio jurídico “per relationem”. Requisitos do objeto.
 27. Vontade e vícios do consentimento: erro.
 28. Vontade e vícios do consentimento: dolo.
 29. Vontade e vícios do consentimento: coação e estado de perigo.
 30. Lesão enorme e lesão qualificada.
 31. O fim ilícito: fraude contra credores. Noção de fraude em geral. As hipóteses legais de fraude contra credores. Ação pauliana.
 32. O fim ilícito: simulação. Noção de simulação, tipos, efeitos.
 33. Negócio fiduciário e negócio indireto.
 34. Os fatores da eficácia. Eficácia suspensa. Eficácia relativa (ou incompleta).
 35. A oponibilidade do negócio jurídico a terceiros.
 36. A condição e o modelo condicional.
 37. O termo.
 38. O encargo.
 39. O motivo determinante expresso. A pressuposição.
 - C) Invalidade e ineficácia.
 40. Teoria das nulidades. Inexistência, invalidade (irregularidade) e ineficácia. As sanções em caso de irregularidade do negócio jurídico.
 41. O negócio jurídico inexistente.
 42. Espécies de nulidade: de pleno direito e dependente de sentença; absoluta e relativa; sanável e insanável; textual e virtual etc.. Nulidade a anulabilidade no Código Civil.
 43. Casos de nulidade.
 44. Casos de anulabilidade.
 45. Ineficácia pendente e ineficácia relativa (ou inoponibilidade ao interessado).
 46. O princípio da conservação dos negócios jurídicos. Nulidade parcial. Conversão.
 47. Confirmação. Convalidação. Pós-eficacização.
 48. Ineficácia superveniente: revogação, resolução, rescisão.
 49. Particularidades da teoria das nulidades no direito comercial e em outros ramos do direito.
- III - Atos Ilícitos e Distribuição Equitativa de Prejuízos.
50. O ato ilícito e a responsabilidade subjetiva. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.
 51. O dano. O dano patrimonial, o dano moral e o dano social.
 52. O nexa de causalidade. A “correlação”.
 53. A culpa. Força maior; estado de necessidade; e legítima defesa.
 54. Exercício de direito e suas limitações. Abuso de direito.
 55. Evolução da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e distribuição equitativa de prejuízos.
 56. Enriquecimento-sem-causa.



- IV - Tutela dos direitos, prescrição e decadência.
57. Direito subjetivo, pretensão, exigibilidade e ação. A tutela dos direitos.
58. Prescrição e decadência.
59. Prazos de prescrição.
60. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.
61. Causas que interrompem a prescrição.

Teoria Geral do Direito Penal I

Conteúdo programático:

- 1) A evolução das Escolas Penais: Escola Clássica, Positivismo Naturalista, Positivismo Jurídico, Neokantismo.
- 2) Finalismo, Pós-Finalismo, Funcionalismo, Sociedade de Risco e Direito Penal Atual.
- 3) Conceito de Ação. Evolução do Conceito de Ação.
- 4) Conceito de Tipo. Evolução do Conceito de Tipo. Teoria do Tipo. Tipos Dolosos. Dolo Eventual. Evolução do Conceito de Tipo. Teoria do Tipo. Tipos Dolosos. Dolo Eventual. Crimes Qualificados pelo Resultado.
- 5) Relação de Casualidade. Teorias. Imputação Objetiva.
- 6) Tipicidade. Conceito. Tipicidade Formal e Material.
- 7) Erro sobre os Elementos do Tipo. Teorias. Erro Essencial. Erro Acidental. Erro na Execução.
- 8) Antijuricidade. Conceito. Causas de Justificação. Erro nas Eximentes Putativas Fáticas.
- 9) Culpabilidade. Conceito e Evolução. Erro sobre Ilicitude.
- 10) Tipos Culposos. Conceito. Peculiaridade.
- 11) Tipos Culposos e Imputação Objetiva.
- 12) Tipos Omissos. A Relevância da Omissão. Tipos Omissos Próprios. Crimes Comissivos por Omissão.
- 13) Concurso de Pessoas. Circunstâncias Incomunicáveis.
- 14) Autoria Mediata.

Direito Civil I - Obrigações

Conteúdo programático:

I – Introdução ao Direito das Obrigações

1. Noção geral de obrigação. Conceito jurídico de obrigação. Elementos constitutivos do vínculo jurídico obrigacional.
2. Evolução histórica do Direito das Obrigações. O vínculo jurídico: débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung).
3. Casos de quebra da igualdade entre débito e responsabilidade. Obrigação civil e obrigação natural.
4. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever em geral, ônus e situação de sujeição.
5. Distinção entre direitos reais e pessoais. Obrigação propter rem. Ônus reais.
6. Fontes das obrigações: fonte imediata das Obrigações e as tentativas de unificação do Direito Obrigacional; fontes imediatas das Obrigações.
7. Obrigações e contratos: comparação entre o sistema romano-germânico e o anglo-saxão.
8. Visão atual quadripartida das fontes das obrigações.
9. Fontes voluntárias negociais. Negócio jurídico: contratos e atos unilaterais.
10. Fontes voluntárias não negociais. Os denominados “quase contratos”. As relações contratuais de fato ou relações para-negociais.
11. Fontes involuntárias consistentes em ato ilícito.
12. Classificação das obrigações.
13. Obrigações de dar, entregar e restituir coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias: princípio do curso forçado da moeda, princípio do nominalismo, cláusula de escala móvel e revisão judicial das obrigações. Dívidas de valor.
14. Obrigações de fazer e não fazer.
15. Obrigações de prestar declaração de vontade.
16. Obrigações de meio e de resultado.
17. Obrigações divisíveis e indivisíveis.



Comissão de Graduação

18. Obrigações solidárias. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.
19. Obrigações alternativas. A escolha.
20. Obrigações condicionais e a termo.
21. Obrigações principais e acessórias.

II – Adimplemento, inadimplemento e outras formas de extinção das obrigações.

22. Pessoas vinculadas à obrigação. Situação dos herdeiros. Promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro e contrato com pessoa a declarar.
23. Distinção entre pagamento, adimplemento e cumprimento da obrigação.
24. Quadro geral das figuras de “pagamento sub-rogado” e das figuras de extinção da obrigação sem pagamento.
25. O pagamento. De quem deve ou pode pagar.
26. Daqueles a quem se deve ou se pode pagar. Pagamentos eficazes feitos a quem não é credor e pagamentos ineficazes feitos ao credor.
27. Objeto do pagamento.
28. Prova do pagamento e presunções de pagamento. Quitação.
29. Lugar e tempo do pagamento. Antecipações de vencimento.
30. O pagamento indevido e enriquecimento sem causa.
31. Noção geral de inadimplemento. Distinção entre mora e inadimplemento absoluto.
32. A regra da boa-fé objetiva e o descumprimento de obrigações secundárias ou de deveres acessórios. Caracterização da “violação positiva do contrato”.
33. Mora: conceito. Espécies. Consequências da mora do devedor.
34. Termo inicial da mora. Constituição em mora. Casos de exceção ao princípio “dies interpellat pro homine”.
35. Mora do credor. Consequências. Purgação da mora em geral.
36. Cláusula penal. Natureza e caracteres da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória. Efeitos da cláusula penal.
37. Inadimplemento absoluto. Caso fortuito e força maior. Perdas e danos. Os juros legais.
38. Quatro figuras relativas ao inadimplemento e subordinadas à regra da boa-fé objetiva: “substantial performance”, “tender of performance”, responsabilidade pelo fato do produto ou serviço e pós-eficácia em sentido amplo.

III – Pagamentos especiais:

39. Consignação em pagamento.
40. Pagamento com sub-rogação.
41. Imputação em pagamento.
42. Dação em pagamento.

IV – Extinção das obrigações sem pagamento:

43. Novação.
44. Compensação.
45. Confusão.
46. Remissão de dívidas.

V – Transmissão das Obrigações

47. Cessão de crédito.
48. Cessão de débito.
49. Cessão de contrato.

Direito Constitucional I

Conteúdo programático:

1. O Constitucionalismo.
2. Conceito de Constituição.



3. Princípios constitucionais.
4. A eficácia das normas constitucionais.
5. Interpretação e aplicação de normas constitucionais.
6. A teoria do Poder Constituinte.
7. A evolução histórica do Constitucionalismo brasileiro.
8. O sistema político: A democracia e a representação política.
9. Valores e fatores condicionantes da democracia.
10. Nacionalidade e direitos políticos.
11. O estatuto constitucional dos partidos políticos.
12. A forma de Estado: Federalismo e repartição de competências.
13. As entidades federadas e a intervenção federal e estadual.
14. A separação dos Poderes.
15. Sistemas de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo.

Direito Constitucional II

Conteúdo programático:

1. O Poder Legislativo e suas competências.
2. Organização e garantias do Legislativo.
3. O processo legislativo.
4. O Poder Executivo: organização e competências.
5. Princípios constitucionais da Administração Pública.
6. O poder regulamentar.
7. As Forças Armadas e sua missão constitucional.
8. O Poder Judiciário e suas garantias.
9. A organização da Justiça Brasileira.
10. O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
11. As funções essenciais à Justiça.
12. O controle de constitucionalidade e seu impacto no sistema jurídico.
13. O controle incidental e o controle abstrato de normas.
14. A Constituição Econômica: a atuação do Estado no domínio econômico e seus limites.
15. A ordem social: controle jurisdicional de políticas públicas.

Teoria Geral do Direito Penal II

Conteúdo programático:

- 1- culpabilidade e evolução da teoria do delito. Teorias e escolas penais.
- 2- o conceito atual de culpabilidade: claus roxin, winfried hassemer, günther jakobs, klaus günther.
- 3- as sanções penais : sistema de penas. Função da pena no estado democrático de direito.
- 4- dogmática jurídica e política criminal e sistemas de penas
- 5- penas privativas de liberdade e restritivas de direito.
- 6- penas pecuniárias e alternativas às penas privativas de liberdade.
- 7- individualização da pena.
- 8- circunstâncias agravantes e atenuantes.
- 9- suspensão condicional da pena e livramento condicional.
- 10- o papel da vítima no direito penal moderno e a imputação objetiva. A auto-colocação em risco.
- 11- actio libera in causa. E culpabilidade.
- 12- medidas de segurança e direito penal brasileiro.
- 13- ação penal.
- 14- extinção da punibilidade. Causas. O perdão judicial.
- 15- o futuro da pena privativa de liberdade.



Direito Processual Civil I – Teoria Geral

Conteúdo programático:

1. Competência.
 - 1.1. Noções gerais sobre jurisdição e competência.
 - 1.2. A distribuição da competência.
 - 1.3. A jurisdição civil.
 - 1.4. Critérios de distribuição da competência.
 - 1.5. Competência territorial geral.
 - 1.6. Competência territorial especial.
 - 1.7. Competência relativa e competência absoluta.
 - 1.8. Modificações da competência.
 - 1.9. A declaração da incompetência.
2. Ação e condições da ação.
 - 2.1. Conceitos de ação.
 - 2.2. Pressupostos para julgamento do mérito.
 - 2.3. Condições da ação.
 - 2.4. Pressupostos processuais.
3. Partes.
 - 3.1. Representação processual.
 - 3.2. Deveres das partes e seus procuradores.
 - 3.3. Despesas e dano processual.
 - 3.4. Substituição e sucessão processual.
 - 3.5. Pluralidade de partes: litisconsórcio.
 - 3.6. Modalidades de litisconsórcio.
4. Intervenção de terceiros.
 - 4.1. Assistência.
 - 4.2. Oposição.
 - 4.3. Nomeação à autoria.
 - 4.4. Denúnciação da lide.
 - 4.5. Chamamento ao processo.
 - 4.6. Intervenção espontânea e recurso do terceiro prejudicado.

Direito Civil II – Contratos

Conteúdo programático:

I - Teoria Geral dos Contratos:

1. Conceito jurídico de contrato.
2. Histórico e função socioeconômica do contrato. Evolução da Doutrina Contratual.
3. Princípios do direito contratual na visão tradicional (princípios contratuais clássicos ou liberais): princípio da liberdade contratual, princípio da obrigatoriedade do contrato, princípio do consensualismo e princípio da relatividade dos efeitos do contrato.
4. Os novos princípios contratuais (princípios contratuais sociais): princípio da boa-fé objetiva, princípio da função social do contrato e princípio do equilíbrio contratual.
5. O sinalagma contratual. A chamada causa dos contratos.
6. Requisitos e pressupostos contratuais (partes, objeto e forma).
7. Formação dos contratos. Proposta. Aceitação. Contratos entre presentes e contratos telemáticos entre presentes. Contratos entre ausentes e contratos telemáticos entre ausentes. O silêncio como manifestação de vontade. A conduta como manifestação de vontade (doutrina dos comportamentos concludentes).
8. Lugar da formação dos contratos.
9. As negociações preliminares.



Comissão de Graduação

10. O contrato preliminar.
11. Interpretação dos contratos.
12. O contrato de adesão. Condições gerais dos contratos.
13. Contratos bilaterais. Exceção do contrato não cumprido. Cláusula resolutiva tácita. Vícios redibitórios. Evicção.
14. Contratos atípicos e coligados.
15. Contratos aleatórios.
16. Classificação dos contratos.
17. Extinção dos contratos. Resolução, resilição e rescisão.
18. Teoria da imprevisão e resolução do contrato por onerosidade excessiva no Código Civil de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor.

II – Contratos em espécie:

19. Compra e venda. Caráter obrigacional ou real da compra e venda. Natureza jurídica e elementos da compra e venda. Regras especiais de algumas modalidades da compra e venda: a) venda por amostra; b) venda ad corpus e ad mensuram; c) despesas nas vendas imobiliárias; d) hipótese de defeito oculto nas coisas conjuntas. Problemas relativos à legitimidade das partes na compra e venda: a) venda de ascendente à descendente; b) venda por pessoa encarregada de zelar pelo interesse do vendedor; c) venda por condômino. Cláusulas especiais à compra e venda: caracterização da retrovenda, venda a contento e da sujeita à prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio e venda sobre documentos.
20. Compromisso de compra e venda: histórico, conceito, requisitos e pressupostos contratuais que lhe são peculiares, efeitos reais, consequências do inadimplemento.
21. Alienação fiduciária. Conceito, caracterização jurídica e mecanismos de tutela. Distinção de figuras afins.
22. Troca ou permuta. Natureza jurídica. Valor de torna. Diferenças da compra e venda.
23. Doação: natureza jurídica e espécies. Questões relativas às modalidades de aceitação. Restrições a liberdade de doar. Cláusula de reversão. Doação a casal e doação entre cônjuges. Nulidades, anulabilidades e ineficácias da doação. Revogação por ingratidão. Revogação por não cumprimento do encargo.
24. Comodato: conceito e natureza jurídica. Obrigações e direitos do comodatário e comodante. Consequências do comodato interessado.
25. Mútuo: conceito e natureza jurídica. Distinção de figuras afins. Espécies de mútuo. Mútuo feneratício. Juros remuneratórios e limite legal. Lei da Usura. Prazos e extinção do mútuo.
26. Contratos de locação de coisa: a) noção; b) natureza jurídica; c) espécies; d) quadro geral da locação, hoje. Lei de Inquilinato. Locação residencial: espécies e consequências. Direito e deveres do locador e do locatário. Existência ou inexistência do direito de preferência na locação residencial e não residencial. Ação de despejo.
27. Contrato de prestação de serviço. Conceito e características. Distinção entre prestação de serviço e contrato de trabalho.
28. Contratos de empreitada de labor: a) noção; b) natureza jurídica; c) principal diferença do contrato de prestação de serviço; d) extinção de direito subjetivo do empreiteiro de receber a remuneração. Contratos de empreitada de labor e material: a) noção; b) natureza jurídica.
29. Depósito: conceito e das várias espécies de depósitos. Natureza jurídica do depósito voluntário. Figuras afins. Obrigações e direitos do depositante e do depositário. Depósito necessário como relação contratual de fato. Hipóteses legais. Regime jurídico.
30. Mandato. Diferenças entre mandato (contrato), mandato (procuração) e representação. Figuras afins a esses três institutos. Natureza jurídica do contrato de mandato. Obrigações e direitos do mandante e do mandatário. Procuração e poderes outorgados. Procuração em causa própria e cláusula mandato. Atos do falso procurador, do procurador agindo com excesso de poder ou com abuso de representação (Teoria Ultra Vires). Extinção do mandato. Mandato judicial.
31. Contrato de transporte. Conceito e das várias espécies de transportes. Obrigações e direitos dos contratantes.
32. Constituição de renda. Conceito e características. Distinção de figuras afins.
33. Jogo e aposta. Conceito, características e consequências jurídicas.
34. Fiança. Conceito e características. Direitos e deveres dos contratantes. Benefício de Ordem. Impenhorabilidade do bem de família. Exoneração da fiança.
35. Transação: conceito, natureza jurídica, forma, objeto, efeitos.



36. Compromisso: natureza jurídica, espécies, forma. A cláusula compromissória.

III - Dos Atos Unilaterais:

37. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Promessa de recompensa.

38. Gestão de negócios.

Direito Processual Civil II

Conteúdo programático:

1. Atos processuais: conceito, classificação e forma.
2. Inexistências e Invalidades processuais
3. Processo e Procedimento
4. Formação e suspensão do processo.
5. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento.
6. Pretensão, demanda, pedido e mérito. Cumulação de pedidos.
7. Citação. Intimação.
8. Resposta do réu. Reconhecimento do pedido. Revelia e contumácia.
9. Defesa e exceções.
10. Reconvencção e ação declaratória incidental.
11. Fase ordinatória: audiência preliminar e saneamento do processo.
12. Do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado da lide.

Direito Administrativo I

Conteúdo programático:

1. Direito Administrativo:
 - 1.1. Origem;
 - 1.2. O direito administrativo no sistema de base romanística;
 - 1.3. O direito administrativo no sistema da common law;
 - 1.4. Evolução;
 - 1.5. Tendências atuais.
2. Fundamentos político-institucionais do direito administrativo:
 - 2.1. Princípios do Estado de Direito;
 - 2.2. Separação de poderes.
3. Objeto e conceito do direito administrativo.
4. Administração Pública:
 - 4.1. Conceito;
 - 4.2. Administração Pública como atividade: a função administrativa do Estado;
 - 4.3. Administração Pública como sujeito: pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos;
 - 4.4. Desconcentração e descentralização;
 - 4.5. Estrutura: administração direta e indireta;
 - 4.6. Órgãos públicos: teorias, conceito, natureza, classificação.
5. Descentralização administrativa: conceito e modalidades:
 - 5.1. A descentralização no direito brasileiro;
 - 5.2. Desconcentração: administrativa direta;
 - 5.3. Descentralização administrativa: administração indireta;
 - 5.4. Autarquias;
 - 5.5. Autarquias de regime especial: agências executivas e agências reguladoras;
 - 5.6. Fundações;
 - 5.7. Empresas estatais: sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades sob controle do Estado;
 - 5.8. Controle administrativo ou tutela.
6. Terceiro setor:



- 6.1. Conceito;
- 6.2. Características;
- 6.3. Regime jurídico;
- 6.4. Controle;
- 6.5. Serviços Sociais Autônomos;
- 6.6. Organizações Sociais;
- 6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- 6.8. Fundações de Apoio.
7. Regime jurídico da Administração Pública:
 - 7.1. Regime jurídico de direito privado na Administração Pública;
 - 7.2. Regime jurídico administrativo;
 - 7.3. Binômio: supremacia do interesse público e tutela dos direitos individuais.
8. Princípios do direito administrativo:
 - 8.1. Papel dos princípios como fonte do direito;
 - 8.2. Papel dos princípios na interpretação da lei;
 - 8.3. Princípios constitucionais do direito administrativo;
 - 8.4. Princípios infraconstitucionais.
9. Poderes da Administração Pública:
 - 9.1. A noção de poder dever;
 - 9.2. Discricionariedade ou vinculação no exercício dos poderes;
 - 9.3. Poder normativo;
 - 9.4. Poder disciplinar;
 - 9.5. Poder hierárquico.
10. Serviço público:
 - 10.1. Evolução;
 - 10.2. Conceito;
 - 10.3. Elementos da Definição;
 - 10.4. Características;
 - 10.5. Princípios;
 - 10.6. Classificação;
 - 10.7. Meios de gestão.
11. Poder de polícia:
 - 11.1. Evolução.
 - 11.2. Conceito.
 - 11.3. Polícia Administrativa e judiciária.
 - 11.4. Meios de Atuação.
 - 11.5. Características.
 - 11.6. Limites.
12. Ato administrativo:
 - 12.1. Origem da expressão;
 - 12.2. Conceito;
 - 12.3. Atributos;
 - 12.4. Elementos;
 - 12.5. Classificação;
 - 12.6. Atos administrativos em espécie;
 - 12.7. Vícios;
 - 12.8. Extinção e convalidação;
 - 12.9. Confirmação.
13. Processo administrativo:
 - 13.1. Processo e procedimento;
 - 13.2. Modalidades;
 - 13.3. Princípios;
 - 13.4. Meios de apuração da responsabilidade: verdade sabida, sindicância e processo disciplinar.



- 14. Licitação:
 - 14.1. Conceito;
 - 14.2. Princípios;
 - 14.3. Dispensa e inexigibilidade;
 - 14.4. Modalidades;
 - 14.5. Procedimento;
 - 14.6. Anulação e Revogação.
- 15. Contrato administrativo:
 - 15.1. Conceito;
 - 15.2. Características;
 - 15.3. Rescisão;
 - 15.4. Formalidades;
 - 15.5. Modalidades;
 - 15.6. Contratos de gestão;
 - 15.7. Convênio e consórcio administrativo.
- 16. Terceirização na Administração Pública:
 - 16.1. Significado;
 - 16.2. Modalidades;
 - 16.3. Limites.

Direito Tributário I

Conteúdo programático:

- 1 – Conceito de Tributo e espécies tributárias
- 2 – Classificação jurídica dos tributos – tributos vinculados e não vinculados
- 3. Sistema Tributário Nacional
- 4. Segurança jurídica em matéria tributária
- 5 – Competência Tributária.
- 6 – As normas gerais de direito tributário
- 7 – Princípios constitucionais tributários
- 8 – Imunidades tributárias
- 9 – Validade, vigência, eficácia e aplicação das normas tributárias
- 10 – Fontes do direito tributário
- 11 – Interpretação das normas tributárias

Direito do Trabalho I

Conteúdo programático:

- 1. Estado do bem-estar social e o Estado neoliberal.
- 2. Direitos sociais como direitos fundamentais.
- 3. Natureza Jurídica das contribuições sociais.
- 4. Direitos adquiridos em matéria previdenciária.
- 5. Acesso à justiça e direito previdenciário.

Direito Comercial I

Conteúdo programático:

- 1. Origem e evolução histórica do direito comercial.
- 2. O direito comercial no Brasil.
- 3. A unificação do direito privado e a autonomia do direito comercial.
- 4. A ordem econômica constitucional.
- 5. Ato e atividade.



- 5.1. A atividade empresarial..
6. Regime jurídico do empresário individual.
7. A organização do registro público de empresas mercantis.
8. O nome empresarial.
9. A escrituração.
10. Os ofícios públicos empresariais.
- 10.1. Os prepostos.
11. O estabelecimento comercial e seu regime jurídico.
12. Elementos do estabelecimento comercial.
13. Sociedade e comunhão.
- 13.1. Sociedade e empresa.
- 13.2. Sociedade e associação.
- 13.3. Sociedades simples e empresárias.
14. O contrato de sociedade: natureza jurídica e elementos essenciais.
- 14.1. O status de sócio: direitos e deveres.
15. Personalidade jurídica das sociedades.
- 15.1. Sociedades não personificadas.
- 15.2. Sociedades dependentes de autorização.
16. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica.
17. As sociedades de pessoas: princípios gerais.
- 17.1. Sociedades de pessoas em espécie.
18. A sociedade limitada.
- 18.1. Constituição, quotas e órgãos sociais (administração e conselho fiscal).
- 18.2. Assembléias e reuniões de sócios.
19. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- 19.1. A resolução parcial do vínculo societário.
20. As sociedades coligadas.
- 20.1. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades.

Direito Comercial II

Conteúdo programático:

1. Origem e evolução histórica.
2. Características estruturais e funções econômicas.
3. Companhias abertas e fechadas.
- 3.1. A sociedade anônima e o mercado de capitais.
4. Constituição.
- 4.1. Subscrição pública.
5. Capital social e sua divisão em ações.
- 5.1. Espécies e classes de ações.
- 5.2. A forma de circulação das ações.
6. Debêntures.
7. Direitos e deveres de acionistas: o acionista controlador.
8. Assembléias gerais e especiais.
9. Administração.
- 9.1. Conselho de Administração.
- 9.2. Diretoria.
10. Conselho Fiscal.
11. Aumento e redução do capital social.
- 11.1. Bônus de subscrição e opções de compra de ações.
12. Demonstrações financeiras.
13. Lucros e distribuição.
14. Negócios sobre o controle acionário.



- 14.1. Alienação de controle de companhia aberta.
- 14.2. Aquisição por companhia aberta, do controle da sociedade mercantil.
- 14.3. Oferta pública de aquisição de controle.
15. Dissolução e liquidação.
16. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades.
17. Os grupos societários: coligação e controle, participação recíproca.
- 17.1. Responsabilidades administrativas, demonstrações financeiras, subsidiária integral.
18. Os grupos societários convencionais.
- 18.1. Grupos de subordinação.
- 18.2. O consórcio.
- 19 - Sociedade de economia mista.

Direito Penal – Parte Especial I

Conteúdo programático:

- 1- A evolução das escolas penais : escola clássica, positivismo naturalista, positivismo jurídico, neokantismo.
- 2- Finalismo, pós-finalismo. Funcionalismo. Sociedade de risco e Direito penal atual.
- 3- Conceito de ação. Evolução do conceito de ação.
- 4- Conceito de tipo. Evolução do conceito de tipo. Teoria do tipo. Tipos dolosos. Dolo eventual. Crimes qualificados pelo resultado.
- 5- Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.
- 6- Tipicidade. Conceito. Tipicidade formal e material
- 7- Erro sobre os elementos do tipo. Teorias. Erro essencial. Erro acidental. Erro na execução.
- 8- Antijuridicidade. Conceito. Causas de justificação. Erro nas eximentes putativas fáticas.
- 9- Culpabilidade. Conceito e evolução. Erro sobre a ilicitude.
- 10- Tipos culposos. Conceito. Peculiaridades.
- 11- Tipos culposos e imputação objetiva.
- 12- Tipos omissivos. A relevância da omissão. Tipos omissivos próprios. Crimes comissivos por omissão.
- 13- Concurso de pessoas. Circunstâncias comunicáveis.
- 14- Autoria mediata.

Direito Administrativo II

Conteúdo programático:

1. Restrições do Estado sobre a propriedade privada:
 - 1.1. Fundamentos: supremacia do interesse público e função social da propriedade;
 - 1.2. Limitação administrativa;
 - 1.3. Ocupação temporária;
 - 1.4. Requisição administrativa;
 - 1.5. Tombamento;
 - 1.6. Servidão administrativa;
 - 1.7. Edificação ou parcelamento compulsório;
 - 1.8. Desapropriação.
2. Agentes públicos:
 - 2.1. Conceito e modalidades;
 - 2.2. Agentes políticos;
 - 2.3. Particulares em colaboração com a Administração;
 - 2.4. Responsabilidade.
3. Servidores Públicos:
 - 3.1. Conceito;
 - 3.2. Categorias: estatutário, trabalhista e temporário;
 - 3.3. Regime constitucional;



- 3.4. Direitos e deveres;
- 3.5. Regime previdenciário;
- 3.6. Provimento e vacância;
- 3.7. Responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 3.8. Improbidade administrativa.
- 4. Responsabilidade civil do Estado:
 - 4.1. Teorias;
 - 4.2. Evolução no direito brasileiro;
 - 4.3. Causas excludentes e atenuantes;
 - 4.4. Responsabilidade por atos judiciais;
 - 4.5. Responsabilidade por atos legislativos;
 - 4.6. Reparação do dano.
- 5. Bens públicos:
 - 5.1. Conceito;
 - 5.2. Classificação;
 - 5.3. Regime jurídico;
 - 5.4. Alienação e aquisição;
 - 5.5. Utilização por particulares: uso privativo e uso comum;
 - 5.6. Bens públicos em espécie.
- 6. Intervenção do Estado no domínio econômico.
 - 6.1. Evolução;
 - 6.2. Conceito;
 - 6.3. Intervenção Direta e Indireta;
 - 6.4. Exploração de atividade econômica pelo Estado;
 - 6.5. Regulação da Atividade Econômica.
- 7. Controle da Administração Pública:
 - 7.1. Conceito;
 - 7.2. Modalidades;
 - 7.3. Controle administrativo: conceito, recursos administrativos e outros instrumentos de controle, coisa julgada administrativa e prescrição administrativa;
 - 7.4. Controle legislativo: político e financeiro;
 - 7.5. Controle judicial: Sistemas de jurisdição, Privilégios da Administração Pública em juízo, Meios de controle: hábeas corpus, hábeas data, mandato de injunção, mandado de segurança ação popular, ação civil pública.

Direito do Trabalho II – Direito Coletivo

Conteúdo programático:

- 1. Conflitos trabalhistas: conceito.
 - 1.1. Classificação.
 - 1.2. Formas de composição.
- 2. Direito Coletivo do Trabalho:
 - 2.1. Conceito e divisão.
 - 2.2. Liberdade sindical.
- 3. Organização sindical.
- 4. Funções do sindicato.
- 5. O sindicato e poder público.
- 6. Associações sindicais de grau superior: Federações e confederações.
- 7. Centrais sindicais.
- 8. Negociação coletiva.
- 9. Convenções e acordos coletivos.
- 10. Representação dos trabalhadores na empresa



Direito Processual Penal I

Conteúdo programático:

1. Garantias constitucionais do processo penal.
2. Investigações preliminares: inquérito policial e outras formas de investigação.
3. Ação penal: condições da ação penal, condições de procedibilidade, pressupostos processuais, espécies de ação penal (ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa pública condicionada, ação penal de iniciativa privada).
4. Ação civil ex delicto.

Direito Processual Penal II

Conteúdo programático:

1. Prisão e liberdade: prisão cautelar (conceito, natureza jurídica, pressupostos e espécies), liberdade provisória (com e sem fiança) e medidas alternativas à prisão cautelar.
2. Competência: conceito, classificação e critérios determinadores. Competência absoluta e relativa. Modificação de competência. Conflito de competência.
3. Sujeitos processuais: juiz, partes, defensor, assistentes e auxiliares da justiça.
4. Prova: teoria da prova (conceitos, momentos, sistemas, ônus e prova ilícita) e provas em espécie.

Direito Processual Civil III

Conteúdo programático:

1. Prova: conceito e aspectos terminológicos.
2. Direito à prova: inserção constitucional.
3. Prova, verdade e escopos do processo.
4. Classificações.
5. Objeto da prova.
6. Destinatários da prova.
7. Poderes de instrução do juiz.
8. Ônus da prova (aspectos subjetivo e objetivo).
9. Presunções e regras de experiência comum.
 - 9.1. Inversão do ônus da prova.
10. Momento de postulação.
11. Momento de admissão.
 - 11.1. Provas ilícitas.
12. Momento de Produção.
 - 12.1. Prova emprestada.
13. Sistemas de valoração.
14. Audiência de instrução e julgamento.
15. Sentença.
 - 15.1. Conceito.
 - 15.2. Requisitos.
 - 15.3. Capítulos.
 - 15.4. Regras adstrição aos termos da demanda.
16. Coisa julgada.
 - 16.1. Conceito.
 - 16.2. Fundamentos político e jurídico.
 - 16.3. Limites objetivos e subjetivos, flexibilização.

Direito Processual Civil IV



Conteúdo programático:

1. Teoria geral dos recursos.
 - 1.1. Conceito de recurso.
 - 1.2. Ações autônomas de impugnação.
2. Classificação dos recursos.
3. Princípios da teoria geral dos recursos.
4. Pressupostos de admissibilidade dos recursos.
5. Efeitos dos recursos.
6. Fase de liquidação.
7. Teoria geral da execução civil.
 - 7.1. Atuação da sanção secundária.
 - 7.2. Título executivo.
8. Fase de cumprimento da sentença.
9. Execução fundada em título extrajudicial.
10. Suspensão e extinção da execução.
11. Impugnação e embargos do devedor.

Direito Penal – Parte Especial II

Conteúdo programático:

01. Furto.
02. Roubo e extorsão.
03. Apropriação indébita.
04. Estelionato.
05. Fraude no pagamento por meio de cheque.
06. Receptação.
07. Estupro e atentado violento ao pudor.
08. Crimes de perigo comum. Considerações gerais. Formas qualificadas. Incêncio.
09. Crimes contra a saúde pública.
10. Crimes contra a paz pública. Considerações gerais. Quadrilha ou bando.

Direito Tributário II

Conteúdo programático:

- 1 – Introdução à Regra-matriz de incidência tributária – hipótese tributária e o fato jurídico tributário
- 2- A regra-matriz de incidência tributária – O conseqüente da norma e as relações jurídicas tributárias
- 3 – A Obrigação tributária
- 4 – Sujeito ativo. Parafiscalidade
- 5 – Sujeição passiva tributária. Contribuintes. Responsáveis. Substituição tributária.
- 6 – Crédito tributário e lançamento tributário
- 7 – Suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- 8– Extinção do crédito tributário
- 9 – Decadência e prescrição no direito tributário
- 10 – Garantias do crédito tributário
- 11 – Ilícitos e sanções tributárias aspectos gerais
12. Administração tributária